



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº. 009/2023

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 13.968/2023

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO N.º
009/2023, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE SAQUAREMA E O JORGE PAZ DE SA, NA
FORMA ABAIXO:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21, com sede na Rua Coronel Moreira, 77 – Centro, Saquarema/RJ, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Receita e Tributação, senhor Hailson Alves Ramalho, doravante denominado **PERMITENTE**, e de outro lado o **Sr. Jorge Paz de Sa**, no endereço Avenida Alta Tensão nº 0, Rio da Areia (Bacaxá), Saquarema/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 974.554.407-82, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, com base nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n. 8666/93, celebram o presente TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO, em decorrência do julgamento do Chamamento Público n.º 006/2023, constante dos autos do Processo Administrativo nº 13.968/2023, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a OUTORGA DE TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, do espaço físico – **QUIOSQUE Nº 09 – BAR – PRAÇA RIO DA AREIA**, situado na estrada Municipal Existente, esq. C/ Rua Sergipe – Loteamento Villa do Abraão, Rio da Areia – 2º Distrito – Saquarema/RJ, destinado à exploração comercial das atividades de restaurante e/ou lanchonete, incluindo todas as etapas indispensáveis à elaboração/preparo dos alimentos e serviços de atendimento, com área de 69,41 m², com especificações contidas no respectivo Edital, seu Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência do Termo de Permissão Remunerada de Uso é de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do termo.

2.2. A PERMISSIONÁRIA deverá iniciar o funcionamento de suas atividades em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura deste termo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

2.3. A presente permissão de uso tem caráter precário, podendo ser revogada a critério da Administração Municipal independente do prazo disposto no item 2.1.

2.4. Decorrida a execução do prazo acima indicado e da eventual prorrogação, poderá ser autorizada a renovação em caso de interesse da PERMITENTE, por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. Pela outorga da permissão de uso, a PERMISSIONÁRIA pagará, mensalmente, o valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, ofertado em sua proposta comercial. O valor referido será fixo e irreajustável, por 365 (trezentos e sessenta cinco) dias consecutivos, após o que, será reajustado através do IGP-M, sempre anualmente.

3.2. Não se incluem no valor disposto no item anterior as despesas decorrentes quanto às adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, tributos que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel e sobre as atividades nele desenvolvidas, assim como despesas para instalação de telefone, energia elétrica, água e de qualquer outro serviço utilizado, que serão integralmente arcadas pela PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Fica obrigada a PERMISSIONÁRIA a realizar o pagamento das parcelas mensais decorrentes da Permissão Remunerada de Uso, através de transferência bancária identificada, em favor da Prefeitura de Saquarema, em conta corrente específica, em banco a ser definido pelo SMART.

4.2. O pagamento das parcelas mensais decorrentes da outorga da permissão de uso deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente após assinatura deste Termo.

4.3. Nas parcelas que não forem quitadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da utilização do imóvel, incidirão a partir do 1º dia de atraso:

a) juros de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia, até o dia do efetivo pagamento, sobre o valor da obrigação não cumprida;

b) multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor da obrigação não cumprida, até o trigésimo dia de atraso;

4.4. O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou intercaladas, referente à permissão de uso, implicará na adoção das medidas cabíveis pela PERMITENTE visando à revogação do termo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

4.5. Não será admitido, em qualquer hipótese, prazo de carência para efetivação do primeiro pagamento, salvo situações de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e avalizados pela PERMITENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações da PERMITENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel objeto deste Termo de Permissão, imediatamente após sua assinatura, de forma que a PERMISSIONÁRIA possa realizar as adaptações e acabamentos necessários, a seu encargo, para o início dos serviços propostos;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a PERMISSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar imediatamente a PERMISSIONÁRIA em débito com suas obrigações contratuais por período superior a 30 (trinta) dias, para que quite seu débito.

5.1.3.1. O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou intercaladas, das mensalidades devidas implicará na adoção das medidas cabíveis pela PERMITENTE, visando à revogação do termo;

5.1.4. Notificar a PERMISSIONÁRIA imediatamente após constatar descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que a mesma promova as diligências/correções necessárias.

5.2. Obrigações da PERMISSIONÁRIA:

- I. Utilizar o imóvel cujo uso lhe é permitido de acordo com as especificações e condições apresentadas pela PERMITENTE, contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas neste Termo;
- II. Adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura deste termo, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento;
- III. Pagar, pontualmente, as mensalidades pela outorga de uso, bem como os tributos e contribuições incidentes, sendo que o atraso do pagamento de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou intercaladas, poderá implicar a revogação do termo;
- IV. Não ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a Permissão objeto deste Termo, nem emprestar ou sublocar, no todo ou em parte, seja de forma gratuita ou onerosa, ou sob qualquer forma que permita a terceiros o uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade;
- V. Não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução do termo, desde que previamente submetida à PERMITENTE para análise e aceite, com a verificação do interesse público e mantidas as condições de exigências contratuais;
- VI. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pela PERMITENTE, respondendo por seus atos e pelos de seus prepostos e empregados, que impliquem em



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

- inobservância deste dispositivo;
- VII. Manter a exploração da atividade comercial durante toda a semana, pelo período mínimo de 8 h/dia, observando o horário de início e término do funcionamento do Quiosque que é de 08:00 às 24:00;
- VIII. Manter as características físicas da construção, submetendo previamente à apreciação e aprovação escrita da PERMITENTE – que poderá vetar parcial ou totalmente – qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta permissão, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros;
- IX. As benfeitorias aprovadas pela PERMITENTE serão incorporadas ao imóvel, à exceção daquelas que possam ser retiradas sem prejuízo para este, não cabendo à PERMISSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou retenção, findo o termo;
- X. Não será permitida a utilização do bem público concedido para uso diferente do qual foi selecionado, garantindo-se as demais exigências pactuadas, sob pena de revogação do termo;
- XI. Não utilizar alto-falante e/ou congênere, cujo som ou ruído produzido supere o permitido pela Lei Nº 27/2013 (Código de Posturas Municipal);
- XII. Não guardar ou depositar produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos ou de forte odor.
- XIII. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água no prazo, impreterível, de 30 (trinta) dias após a assinatura do termo;
- XIV. Adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento, a critério da PERMITENTE, for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pela PMS;
- XV. Manter seus empregados devidamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e saúde.
- XVI. Manter o ambiente limpo e organizado.
- XVII. Indicar e qualificar preposto da empresa através de procuração para atuar durante a vigência do Termo com poderes específicos para receber em nome da PERMISSIONÁRIA notificações e intimações emitidas pela PERMITENTE;
- XVIII. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à PERMITENTE, sempre que lhe forem solicitadas;
- XIX. Manter em local de fácil visualização, aviso aos usuários em que conste o nome do órgão fiscalizador dos serviços, bem como o e-mail a ser contatado no caso de reclamações, qual seja: **pms@saquarema.rj.gov.br**;
- XX. A PERMISSIONÁRIA pode, a seu critério, distribuir ao redor do quiosque jogos de mesa em MADEIRA – cada jogo composto por 1 (uma) mesa **com Ombrelone** e 4 (quatro) cadeiras – limitado ao número máximo de 8 (oito) jogos;
- XXI. A PERMISSIONÁRIA não poderá instalar ou armazenar nenhum equipamento, utensílio ou produto na área externa do Quiosque, exceto quando houver prévia e expressa autorização da PERMITENTE;



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

- XXII. Manifestar-se por escrito a qualquer reclamação de usuário que for encaminhada pela PERMITENTE;
- XXIII. A PERMISSIONÁRIA não poderá criar ou alojar animais domésticos no Quiosque;
- XXIV. Cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;
- XXV. Responder por todas as despesas com pessoal para exercício das suas atividades, honrando todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PERMITENTE;
- XXVI. Arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela PERMISSIONÁRIA;
- XXVII. Responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(os) física(s) do Quiosque, cujo uso lhe é permitido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;
- XXVIII. Restabelecer e manter o imóvel, e os sanitários que o compõem, objeto desta permissão em perfeitas condições de uso, estética, conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pela PERMITENTE e legislação em vigor;
- XXIX. Acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;
- XXX. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;
- XXXI. Manter, durante toda a execução do Termo, a compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Compete à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação designar formalmente servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento das obrigações contratuais, a fiscalização dos serviços, objeto deste instrumento, ficando a PERMISSIONÁRIA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a sua realização, facultando o livre acesso ao imóvel e a todos os registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em transferência de responsabilidade à PMS.

6.2. A responsabilidade pela fiscalização do uso do imóvel público pela PERMISSIONÁRIA poderá ser em conjunto com o Município, quando necessário, exceto quando se tratar de matéria cuja competência e fiscalização seja privativa de outro órgão da Administração Pública, seja ela estadual ou federal, não podendo ser sub-rogado a terceiros por mais conveniente que isto seja.



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

6.3. Caberá à PERMITENTE verificar se estão sendo cumpridos os termos deste instrumento, e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução, atestando, inclusive, o início das atividades da PERMISSONÁRIA.

6.4. A fiscalização deste Termo de Permissão será exercida no interesse exclusivo da PERMITENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da PERMISSONÁRIA por qualquer irregularidade.

6.5. A PERMISSONÁRIA será avaliada quanto à qualidade, prazo e relacionamento na prestação dos serviços com os usuários.

6.6. O não recebimento proposital de qualquer notificação expedida pela PMS, por parte da PERMISSONÁRIA poderá acarretar penalidades, garantindo-se ao notificado, o direito de defesa na forma da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a PERMISSONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a)** ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- b)** MULTAS, que serão aplicadas, conforme abaixo, limitadas a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal pela outorga da permissão:
 - b.1)** 3% (três por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens I a XII do subitem 5.2.
 - b.2)** 7% (sete por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens XIII a XVI do subitem 5.2.
 - b.3)** 10% (dez por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens XVII a XXXI do subitem 5.2.;

7.2. A PERMISSONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

7.3. A multa não impede que a PERMITENTE rescinda unilateralmente o termo.

7.4. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente.

7.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 7.1, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.6. É facultado à PERMISSIONÁRIA interpor recurso, dirigido ao Prefeito do Município, contra a aplicação, por decisão do Secretário da pasta correspondente, das penas de advertência ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

7.7. Independentemente das sanções legais cabíveis, a PERMISSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à PERMITENTE pelo descumprimento das obrigações.

7.8. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a)** Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a PERMISSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia que será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação;
- b)** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c)** Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da PERMISSIONÁRIA, ao Prefeito.

7.9. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da PERMITENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO DO TERMO

8.1. Os casos de revogação do termo de permissão serão motivados, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa na forma da lei.

8.2. A revogação deste Termo não elidirá a aplicação de penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela PERMISSIONÁRIA.

8.3. Constituem, dentre outros, motivos para a revogação deste Termo, assegurando-se à PERMISSIONÁRIA o direito de ampla defesa e contraditório, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento (ciência) da notificação emitida pela Autoridade competente:

- I** – O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas desse Termo de Permissão Remunerada de uso, especificações e prazos;
- II** – A não utilização do imóvel, bem como a paralisação da atividade comercial sem justa causa e prévia comunicação à Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias;



PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

III – o atraso injustificado para início as atividades;

IV – A cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, o empréstimo ou sublocação, no todo ou em parte, seja de forma gratuita ou onerosa, ou sob qualquer forma que permita a terceiros o uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade;

V – A modificação da finalidade ou da estrutura da PERMISSONÁRIA que prejudique a execução deste instrumento;

VI – O desatendimento das determinações regulares da PMS, por meio do fiscal designado para acompanhar e fiscalizar o Termo de Permissão, assim como as de seus superiores;

VII – a recusa reiterada no recebimento de Notificações da PERMITENTE;

VIII – o cometimento reiterado de faltas decorrentes do uso do bem e exploração da atividade, anotados pela fiscalização da PMS;

IX – Decretação de falência da sociedade empresária ou do empresário individual;

X – Dissolução da sociedade ou falecimento do empresário individual;

XI – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência da PMS, no processo administrativo de permissão de uso;

XII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo de Permissão;

XIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIV – o não pagamento do valor ofertado pela PERMISSONÁRIA conforme estabelecido no subitem 3.1 deste Termo de Permissão e o descumprimento do eventual acordo de parcelamento;

XV – O descumprimento das penalidades impostas por infrações;

XVI – a não manutenção, durante a utilização do bem, em compatibilidade com as obrigações assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento;

8.4. Conforme previsto na Cláusula 4 deste Termo de Permissão, o atraso no pagamento de duas parcelas, consecutivas ou intercaladas, referente à permissão de uso, implicará na revogação do Termo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

8.5. A revogação será determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

8.6. Extinta a permissão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de revogação do Termo, será notificado a PERMISSONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

8.6.1. Obriga-se a PERMISSONÁRIA a entregar o imóvel, objeto deste Termo, no prazo assinalado, inteiramente desimpedido, em perfeito estado de conservação e uso, para imediata devolução do bem à PERMITENTE.

8.7. Extinto, por qualquer hipótese, este Termo de Permissão ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela PERMISSONÁRIA, poderá a PERMITENTE, através dos meios de que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à PERMISSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a PERMISSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

8.7.1. A PMS notificará a PERMISSIONÁRIA diretamente ou por edital de citação, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para a retirada dos bens.

8.7.2. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem que os bens tenham sido retirados, ficará a PMS autorizada a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A PERMISSIONÁRIA poderá fazer uso de Engenhos de Publicidade (Letreiros) no quiosque, para a exibição da identidade de sua empresa, desde que estejam dentro dos padrões definidos pela Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação e seu projeto seja previamente avaliado e autorizado por esta.

9.2. Regem a presente permissão, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei Orgânica do Município de Saquarema, a Lei Federal n.º 8.666/93, além das disposições aqui previstas.

9.3. Na interpretação das normas e disposições constantes do presente Termo deverão ser consideradas as regras gerais de hermenêutica, normas e princípios que regem a Administração Pública e os seus contratos administrativos.

9.4. Integram o presente instrumento, o Edital de Chamamento Público n. 006/2023, seu Termo de Referência e demais anexos e a Proposta Comercial da PERMISSIONÁRIA, como se nele estivessem transcritos, estando aos mesmos vinculados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Saquarema, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Termo de Permissão que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 13.968/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Termo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Saquarema, 13 de novembro de 2023.

Hailson Alves Ramalho
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECEITA E TRIBUTAÇÃO
PERMITENTE

JORGE PAZ DE SA
PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

1. Nome: _____ CPF: _____ Ass. _____
2. Nome: _____ CPF: _____ Ass. _____